

Participação Política de Líderes Femininas: Uma Análise Psicopolítica.



▶ Recibido:
05 / 02 / 2007

▶ Aceptado:
31 / 05 / 2007

RESUMEN

El trabajo Participación política de líderes femeninas: un análisis psicopolítico demuestra en que medida la participación política en instancias de decisión y en movimientos sociales interfiere en la construcción de nuevas identidades entre mujeres. Cabe señalar que la autora analiza la acción política de mujeres pertenecientes a tres grupos distintos: el primer grupo formado por mujeres que tienen una actuación político-partidaria; el segundo formado por mujeres empresarias y el tercero grupo formado por líderes comunitarias. En estas diferentes instancias de participación fue posible verificar las diversas identidades construidas a partir del compromiso sociopolítico de estas mujeres, así como la repercusión que esta participación engendra en sus vidas privadas y públicas.

PALABRAS CLAVE:

▶ **Diniz Gonçalves**

Betânia

Doutora em Psicologia

Social. Pontifícia

Universidade Católica de

São Paulo Brasil.

betaniadg@pucminas.br.

POLITICAL PARTICIPATION AND FEMININE LEADERSHIP: A PSYCHO-POLITICAL ANALYSIS



ABSTRACT

The intention is to determine the effect of participation in decision making and in social movements upon the construction of new identities among women. The study is justified on the ground that existing theoretical material related to the theme is largely limited to data on women's suffrage and is not concerned with gender relations and the diversity of political participation. Much research remains to be done on women's leadership and even the establishment of the concept of gender as a relevant political category. The theoretical concepts utilized are grounded on political psychology and on psychosocial studies. Case histories are used as research methodology. A sample was made of nineteen women who belonged to three different groups: the first group was constituted of women who participated in party politics, the second of business women, and the third of community leaders. It was possible to verify the diverse identities constructed from the social-political involvement by these women in their various instances of participation, as well as to indicate the repercussions of this participation in their private and public lives.

KEY WORDS:

women, political participation, women's leadership, identity



Ainda hoje – início do século XXI -, no Brasil e em diversas partes do mundo, é pequena a participação política de Mulheres nas esferas decisórias. Pouco se sabe sobre lideranças femininas e a atuação das mulheres nas diversas instâncias de poder. Pesquisar acerca do entrelaçamento das questões de gênero/política/liderança/identidade se constitui uma importante contribuição para se ampliar o conhecimento e o registro sobre a participação de lideranças femininas. Além de apontar outros aspectos ainda a serem pesquisados sobre este universo, bem como estratégias a serem desenvolvidas para a ampliação da participação política das mulheres. Aspecto de grande relevância é a consciência que homens e mulheres têm que alcançar sobre o diferencial existente em ações que são desenvolvidas por ambos, o que exige a educação de todos para a construção de espaços de participação para mulheres. É importante que pesquisas e intervenções atinjam homens e mulheres.

A partir da segunda metade do século XX verifica-se uma crescente visibilidade das mulheres na agenda política internacional, tal fato constitui-se em importante fenômeno e considerável conquista. No decorrer dos anos, ocorreu um aumento da presença feminina tanto em política partidária, em cargos de lideranças empresariais, quanto em movimentos sociais. A reivindicação das mulheres por um espaço próprio na estrutura de poder acarreta um redimensionamento de sua atuação, ou seja, à medida que as mulheres se tornam sujeitos, são capazes de se posicionar de maneira diferente e se redefinir.

Em relação à participação política, homens e mulheres não ocupam posições simétricas, do mesmo modo que os conteúdos politizados por um e por outro não são os mesmos. Ao longo da história muitas das reivindicações das mulheres não foram consideradas. A dinâmica da atividade política, práticas e funcionamento de partidos, linguagens e valores políticos reconhecidos são feitos, com frequência, baseados em modelos masculinos: presença de alto grau de violência verbal, valorização da competitividade em detrimento de cooperação, presença de alto nível de hiperatividade não criativa, alto grau de renúncia à intimidade e ao cotidiano. Muitas vezes se supõe que o espaço público e a vida política são próprios dos homens, enquanto que as mulheres são destinadas como proprietárias e gestoras do espaço privado. Lideranças femininas que exercem o poder de forma eficaz contribuem para a desconstrução de estereótipos negativos relativos ao exercício de poder pelas mulheres. Contudo, lideranças femininas que fracassam no exercício do poder contribuem para reforçar tais estereótipos.

1. **Participação política de líderes femininas: uma análise psicopolítica.**

No caso das mulheres muitos são os fatores que dificultam sua participação política, por exemplo: educação sexista; a sua socialização política que não as motivam a se candidatar para cargos políticos; ambivalência feminina acerca do êxito; a não distribuição de tarefas domésticas com o parceiro; falta de políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres; uma divisão social de trabalho que as reafirmam como reprodutoras e cuidadoras; a sistemática exclusão da esfera pública que as colocam no âmbito do privado e, conseqüentemente, limita a sua participação na esfera política e em âmbitos de tomada de decisões.

Mecanismos de ação positiva possibilitam o enriquecimento de debates públicos e de processos políticos, a promoção de desenvolvimentos de modelos de papéis sociais desejáveis, a desconstrução de estereótipos negativos, o respeito às diversidades e o alívio das tensões entre os sexos. A paridade se faz necessária em órgãos políticos, pois cidadãos homens e mulheres querem ver representados seus interesses políticos e sociais. A incorporação de mulheres na esfera de decisões contribui para uma representação mais genuína da diversidade da sociedade e de uma maior quantidade de interesses.

A atuação política de uma liderança feminina e a forma como é valorizada por seus contemporâneos repercute sobre outras mulheres no nível político e em funções sociais. Mulheres que ocupam cargos de liderança precisam desenvolver estratégias que lhes possibilitam superar ou burlar as restrições, manipulando estereótipos tradicionais para desarmar os oponentes. Apesar de todas as restrições sociais, o êxito das mulheres como liderança política não é um fenômeno novo e há mulheres que exercem esta função com grande influência. A obtenção de poder por parte das mulheres desafia as definições de gênero existentes e aumenta sua visibilidade política. Deparar com a eleição de mulheres para o exercício de lideranças públicas é sinal de mudanças sociais no contexto no qual elas se inserem. A verificação do impacto dessas mulheres sobre os diversos aspectos do sistema político, permite examinar quais os pontos estão institucionalizados e se mantêm constantes, e quais aspectos variam em função da identidade do representante, ou seja, o que varia a partir da eleição de um homem ou uma mulher.

As restrições à participação vividas pelas mulheres em alguns âmbitos sociais e políticos não as imobilizam, mas as despertam para criar outras formas de participação. A expansão da participação política entre mulheres é uma conquista que demandará muito tempo, mas o processo já está em curso. A diferença da participação das mulheres na

política se dá à medida que somam suas experiências e perspectivas às dos homens, acrescentando temáticas a serem tratadas no campo político. O diálogo entre homens e mulheres e a possibilidade do trabalho conjunto entre os dois sexos são diferenciais para a cena política se se considerarem a necessidade de ambos, descartando a idéia de interesses universais que visam ocultar a dominação política.

Para a realização deste trabalho pesquisei a vida de algumas mulheres e suas diversas formas de participação sociopolítica, e verifiquei por meio da percepção que estas mulheres têm de si mesmas e de sua atuação social e política, a interferência desta participação em sua vida privada, pública e na construção de suas identidades. Utilizei entrevistas semi-estruturadas, do tipo “história de vida” para abordar 19 mulheres, sendo 06 com experiência de participação política partidária, 06 em cargos de lideranças empresariais e 07 líderes comunitárias. Ouvi, pessoalmente, cada uma. E, respeitadas as diversidades de estilos, cada mulher refez seu percurso, lembrando dos fatos, resignificando as experiências; autorizando-me a “percorrer” seu caminho. As entrevistas foram gravadas, literalmente transcritas e submetidas a uma análise de conteúdo. Como categorias teóricas para análise desta pesquisa utilizam os conceitos: sujeito, construção social do self, identidade, Consciência e participação política, e tomo por referência as abordagens de Morin (1994), Badiou (1994, 1995), Mead (1993), Ciampa (1987, 1991), Castells (2003), Sandoval (1989, 1994, 2001), além de vários outros autores no trabalho da revisão bibliográfica.

Na análise comparativa das experiências dos grupos pesquisados, o primeiro ponto a ser apresentado é o tipo de espaço público em que cada um se insere, e qual a instância de poder que cada grupo participa e interfere. Em relação às líderes comunitárias, pode-se considerar que seu poder se dá em meio às experiências de solidariedade, pois à medida que interferem, positivamente, em relação às necessidades da comunidade, são reconhecidas como líderes, lhes sendo delegado o poder de decisão em instâncias como o Orçamento Participativo, comissões de saúde, colegiado da escola etc. Para as líderes empresariais, o poder está ligado ao capital, pois o acesso a ele garante a participação em instâncias de decisão no interior das empresas que integram, bem como em espaços políticos relacionados às organizações profissionais às quais pertencem. Para as líderes em política, o poder está ligado à burocracia do Estado: são eleitas para as funções políticas, via a burocracia do Estado, legislam,

2. Lideranças femininas e inserção em espaço público

e participam de decisões políticas. Verifica-se que o poder está em todo lugar (Foucault, 1997). Entretanto, dependendo do lugar e forma em que esse poder se expressa, os limites serão maiores ou menores. Com certeza, o poder aliado ao capital amplia o espaço de intervenção e influência.

Em cada um desses espaços de poder (comunidade, empresa, burocracia do Estado), o desempenho das mulheres se dá de forma diferenciada e precisam lidar com os limites e as benesses de suas ações. Fator comum relativo ao desempenho das mulheres diz respeito ao processo que desencadeia o exercício da liderança. É necessário, inicialmente, o reconhecimento social endereçado a elas, pois, à proporção que os outros as autorizam para o exercício de liderança, esse poder é exercido e, de fato, reconhecido por elas mesmas e por grupos sociais.

3. **Consciência e participação política: pontos de vista**

Mesmo reconhecidas e nomeadas como líderes e respondendo a estas nomeações, líderes comunitárias apontam que seu fazer não é político, e sim, ação de cunho voluntário. As empresárias reconhecem o valor político de suas ações e acreditam que, quanto maior o capital gerido pela mulher, mais espaço em instâncias da política ela terá. Em relação às líderes em política, não se argumenta se o seu fazer é político, mas se a qualidade do fazer em política terá caráter mais assistencialista ou não, conforme a formação e inserção partidária da mulher. Há aquelas que exercem poder em política local e respondem de forma assistencialista às demandas do povo. Outras se envolvem em instâncias federais e na cúpula do partido no qual atuam. Sandoval (1994) afirma que mesmo se o processo de estruturação da consciência apresentar caráter político, isto não garante que o sujeito seja politizado. Mas, mesmo assim, pode-se falar em consciência política, pois há a realização de ações politizadas desses sujeitos, apesar de não terem consciência de tal dimensão. Certifica-se que as mulheres pesquisadas, independente do grupo a que pertençam, expressam diferentes níveis de consciência política, como: Consciência de Senso Comum, Consciência Populista, Consciência de Conflito (Sandoval, 1994). E o nível de consciência política se relaciona diretamente à ação desenvolvida pela liderança e vice-versa. Deve-se considerar também a história de vida e a formação profissional (grau de instrução) de cada mulher, pois verifica-se uma relação estreita entre estas variantes e o tipo de consciência e participação política de fato realizado pelas mulheres. Aquelas procedentes de níveis

socioeconômicos baixos e que não tiveram acesso à educação formal tendem a reproduzir ações assistencialistas, limitam sua prática política no âmbito local e não ocupam cargos de liderança no partido, tampouco no parlamento. Entretanto, mulheres de níveis socioeconômicos baixos, que tiveram acesso à educação formal, são mais respeitadas dentro dos partidos, ocupam cargos de liderança no parlamento e propõem ações com caráter não-assistencial em sua prática política. De fato, a educação formal é um importante aspecto para o desenvolvimento da consciência dos sujeitos.

Avelar (2001) afirma que as formas mais comuns de participação entre mulheres se relacionam às ações coletivas em defesa de bens comuns, por exemplo: escolas, saúde, ações em movimentos sociais. Outra possibilidade é por meio de associativismo em organizações econômicas e profissionais: órgãos de classe, órgãos comunitários etc. Destaca ainda que estas participações as socializam para a inserção na política formal. A afirmação de Avelar pode ser constatada a partir dos três grupos pesquisados (líderes comunitárias, empresárias e em política partidária). Analisando a motivação e o tipo de ações em que as mulheres se inserem politicamente, verifica-se que em relação às líderes comunitárias suas ações acontecem em instituições como escola e saúde, além dos trabalhos reivindicativos em associações comunitárias, no âmbito dos movimentos sociais. As empresárias se associam em órgãos de classe e a partir deles realizam suas ações. As associações das mulheres às ações comunitárias e em órgãos de classe as fazem romper com a espontaneidade e rotina da vida cotidiana, as introduzindo na flexibilidade como sujeita. É a interrupção da estabilidade da vida rotineira no trabalho, na vizinhança e nas instituições que aciona a mudança na consciência do sujeito (Heller, 1989; Sandoval, 1994). Entre líderes em política encontram-se mulheres provenientes de movimentos sociais e de órgãos de classe.

Sandoval (1989) resalta fatores psicossociológicos que impulsionam as pessoas a participar de mobilizações sociais: a) demarcadores de fronteiras sociais e geográficas da comunidade; b) que contribuem para solidariedade entre os membros da coletividade: categorias sociais e redes sociais; c) relacionados à vida organizativa: combinação de categorias sociais com redes sociais – quanto mais extensiva e intensiva as organizações, maior a organização do grupo; d) o repertório de ações coletivas: acervo de experiências em mobilizar recursos e agir

4.

Motivação para participação política das mulheres

coletivamente e o valor atribuído a essas experiências. Estes fatores podem ser confirmados nas experiências das pesquisadas. Importante característica no desenvolvimento do trabalho destas mulheres é a realização de ações em grupos, que se diferenciam conforme o segmento estudado, ou seja, as líderes comunitárias trabalham com o grupo comunitário conforme localização da associação que coordena dentro do aglomerado, mas entre elas não estabelecem vínculos para o exercício de trabalhos comuns. As empresárias procuram se articular entre si, desenvolvem tarefas comuns, participam de órgãos profissionais e incluem outras empresárias em processos de formação. As líderes em política trabalham com representantes de diversos segmentos sociais e grupos comunitários, que constituem a base de seu mandato, se articulam entre si para votação de projetos de forma suprapartidária.

5. **Participação política e geração: algumas trajetórias**

Nos três grupos, verifica-se grande diferença de idade entre as mulheres pesquisadas. O pertencimento a determinada geração (mais jovem ou mais velha) associado às questões socioeconômicas e recursos subjetivos interferem na motivação para inserção política das mulheres, tanto quanto nas oportunidades e expressão pública de cada uma. As motivações para o exercício da liderança são diversas, podendo ser desde a privação de bens e serviços vivida, a experiência religiosa e conquistas comunitárias até visibilidade no mercado e reconhecimento público. Fatores relativos à solidariedade e demarcadores de fronteiras socioeconômicas interferem mais na motivação para ação das líderes comunitárias e das mulheres na política. Para as empresárias e líderes em política, fatores relativos a gênero representam motivação importante de participação e produzem grande investimento por parte delas.

As diversas trajetórias vivenciadas pelas mulheres possibilitam afirmar que, em seus processos de socialização política, as inserções no âmbito de movimentos sociais e em órgãos de classe as preparam para o desempenho de cargos políticos. Entre as entrevistadas, não encontrei mulheres que se inseriram diretamente na política partidária, antes da inserção partidária, há outros percursos.

Os impactos vivenciados pelas mulheres para o exercício de suas ações políticas se apresentam em forma de limites, preconceitos e dificuldades, mas podem ser definidos por outro lado como oportunidades de crescimento e de mudança de lugar social. Limite comum aos três grupos pesquisados se relaciona às questões de gênero. Há muito que ser transformado na sociedade para que o fato “mulheres em cargos de comando” seja considerado “comum”. Percebe-se um avanço, mas, nos três grupos pesquisados (comunidade, empresa, burocracia política), foram apontadas situações de estranhamento diante do cargo que as mulheres exerciam. Preconceito que se intensifica se essa mulher for considerada velha. Nos conflitos, discussões e embates travados entre homens e mulheres nos diversos campos de ações, quando os argumentos não se sustentam, apontam questões relativas ao gênero. Nestas situações, há agressões endereçadas às mulheres, não apenas pelo fato de discordarem da posição do político, mas por serem mulheres.

Outro aspecto apresentado pelas entrevistadas que retrata dificuldade para o exercício de liderança diz respeito à competência para o trabalho. Não basta que as mulheres sejam competentes e habilitadas para a tarefa para a qual se dispõem. Segundo relatos, precisam ser mais competentes do que os homens para conquistarem o espaço que almejam. De acordo com as entrevistadas, a frequência com que as mulheres adoecem e o gasto de energia com relações afetivas dificultam as promoções e avanços.

Entretanto, há situações de limites que se colocam porque as mulheres não estão preparadas, tecnicamente, para o exercício de determinadas funções. Como exemplo, podem ser citadas líderes comunitárias que não sabem ler e escrever, e líderes em política que não sabem redigir sequer um memorando, líderes empresariais que são extremamente autoritárias. Este despreparo é associado, muitas vezes, ao fato de serem mulheres e não à falta de informação adequada, independente de serem ou não mulheres. Situações como essas, relativas aos preconceitos de gênero, não lhes amedrontam, mas lhes confirma a necessidade de se preparem para as funções de liderança, assim como a urgência de serem agentes de instrumentalização de outras mulheres, pois só assim se ampliarão as oportunidades de participação política. Então, visando minimizar algumas desigualdades de oportunidades para outras mulheres, as que estão no exercício político promovem debates relativos ao tema participação e inserção política de mulheres; produzem cartilhas; elegem temas suprapartidários e votam como “Bancada Feminina”; promovem cursos no âmbito das associações profissionais; criam

6.

Impactos da participação política: limites e oportunidades

instâncias profissionais, que restringem votos e decisões às mulheres, mas aceitam a participação masculina. Reconhecem que precisam ter os homens como parceiros e que não basta elegerem mulheres, mas estes homens e mulheres precisam ter consciência feminista (Avelar, 2001). Esse percurso se dá em meio a conflitos e ambigüidades masculinas e femininas.

Há que se valorizar a participação conjunta de homens e mulheres para que se possa extrair daí o positivo permitido pela diferença. É fato que mulheres politizam novos temas, ou seja, reconhecem necessidades antes não consideradas ou representadas pelos homens no espaço político (Avelar, 2001). Entretanto a ampliação e democratização de novos temas dependerão do crescimento da consciência de ambos (homens e mulheres) para que prioridades reais sejam encaminhadas e resolvidas politicamente. Esse crescimento conjunto supõe a incorporação de valores masculinos e femininos, próprios da socialização de cada um, no âmbito da política. Segundo as entrevistadas, as mulheres introduzem valores como diálogo, capacidade de escuta, responsabilidade por causas sociais, dividem espaço de decisão e poder, coragem, determinação em seus projetos, se corrompem menos. E em relação aos valores expressos pelos homens, verifica-se a objetividade, racionalidade, organização. Entretanto, estes valores femininos e masculinos não se associam somente ao sexo: homens assimilam e expressam valores considerados femininos, e mulheres, da mesma forma, se posicionam e se expressam utilizando valores masculinos.

Em relação ao que definem como crescimento e oportunidade, as mulheres dos três grupos pesquisados, apontam mudanças: na qualidade de vida, com a incorporação de benefícios conquistados; de posicionamentos em espaços públicos e privados; reconhecimento público e visibilidade social diferenciada estendem suas relações e horizontes; e o mais importante é o fato de se tornarem sujeitos de suas vidas e suas histórias, interferindo, igualmente, na história da sociedade. O sujeito representa uma combinação de ação e intenção que se manifesta de forma inseparável em relação às suas experiências e contexto social, integrando experiências subjetivas e sociais em relação complexa e movimento constante (Badiou, 1994, 1995; Morin, 1994).

As conquistas das mulheres interferem em suas relações pessoais, ora trazendo-lhes benefícios, ora dificultando as relações afetivas e familiares. Para os grupos pesquisados, os momentos de ausência das mulheres no âmbito familiar, exigidos pelos compromissos relativos ao trabalho, precisam ser negociados com os filhos e com os companheiros. As mulheres afirmam que é mais fácil negociar com os filhos. A relação

homem-mulher ainda tem que crescer muito; as negociações são difíceis e os companheiros não suportam as exigências de viverem com uma mulher que desempenha o papel de liderança e, freqüentemente, se separam. Outras vezes, se a mulher não tem um companheiro em casa, ela utiliza esse espaço para o desenvolvimento de atividades sociais. Ter ou não companheiro no âmbito doméstico influi nos limites do envolvimento político das mulheres. A maternidade é considerada uma importante função pelas mulheres. O cuidado com os filhos é compromisso primordial, que se estende aos filhos dos filhos.

É importante frisar que para ocorrerem mudanças na vida das mulheres, é preciso haver grande investimento de cada uma. Crescimentos e oportunidades só se concretizam à medida que há grande empenho pessoal. De maneira geral, pode-se dizer que todas as entrevistadas – líderes comunitárias, líderes empresariais e as líderes em política – não aceitaram seus “destinos sociais” (pré-determinações) expandiram suas oportunidades, habilidades e competências. Inseriram-se nas diversas instâncias públicas; e desenvolveram potenciais que, estavam ocultos em suas vidas.

É inegável que a participação das mulheres em instâncias de poder interfere na construção de novas identidades. No conjunto de diversas experiências e resistências, as mulheres constroem suas identidades. Os processos vividos se diferenciam conforme a história de vida e as oportunidades que cada uma pode ter no decorrer da vida. Entretanto, há transformações e crescimentos significativos em suas experiências, mesmo apontados as diversidades (geração, nível socioeconômico, escolaridade etc). Cada pessoa expressa em sua conduta a sociedade em que vive, mas o faz de modo particular, ou seja, o indivíduo continuamente reflete a sociedade ao mesmo tempo que se expressa. A pessoa, em sua combinação de “eu” e “mim”, se constrói em relação com o meio social (Mead, 1993).

As diferenças de nível socioeconômico e de oportunidades constatadas entre as entrevistadas não se sobressaem quando a discussão aponta para as alterações em suas identidades/subjetividades, pois há, em relação a este aspecto, algo comum aos três grupos. Verifica-se, na experiência das mulheres, o processo descrito por Mead (1993): o “eu” se torna consciente do “self”, integrados na pessoa mediante a ação social, ou seja, a internalização das experiências (self) possibilita a autonomia, a formação do “eu”; e, afirmo ainda, que a internalização das experiências possibilita o processo de desenvolvimento de novas identidades.

As líderes comunitárias, as líderes empresariais, as líderes em política ampliam suas relações sociais, se inserem em várias redes de

trabalho, alcançam benefícios de ordem material¹ e, mais do que isso, redefinem suas identidades no tocante a aspectos profissionais e pessoais. Aumentam conhecimentos; alcançam visibilidade pública e se desinibem nesses ambientes; se valorizam mais; reconhecem suas habilidades e competências; e à medida que enfrentam dificuldades pessoais e sociais, se preparam para novos desafios e conquistas, além de abrirem espaços para as novas gerações de mulheres. Mecanismos de exercício de poder apreendidos no domínio privado pelas mulheres são adaptados à esfera política/pública. Repetem atitudes do espaço privado no espaço público, porém o sentido dado é outro. A expressão das emoções (chorar) em espaço público é exemplo. No domínio privado, o choro é, muitas vezes, expresso por quem se sente vítima. No âmbito público, se torna “arma política” (um recurso) das mulheres que desarma o outro. Conscientes de que os homens têm dificuldades para lidar com emoções, principalmente em espaços públicos, usam dessa “arma” e, muitas vezes, alcançam os objetivos almejados.

As negociações que as mulheres aprenderam a fazer no espaço privado são levadas ao espaço público. Dão qualidade ao diálogo com seus pares no parlamento, nas associações, nas gerencias de empresas e nas discussões públicas e, assim, humanizam os espaços de poder. Por outro lado, levam para o espaço privado o que apreenderam no espaço público, retornando a ele com posições e idéias próprias. Politizam questões antes consideradas privadas; abrem espaços no contexto familiar para que os homens participem da criação dos filhos e afazeres domésticos. Verifica-se que decisão como esta se dá em meio à ambigüidade das mulheres e dos homens, mas é fato. À medida que se afastam da casa para a realização de suas atividades como liderança, elas têm que contar com outras mulheres da rede familiar (mãe, empregadas, sogras) e com os parceiros para resolverem as questões relativas à casa e aos filhos, mesmo que busquem se inteirar das questões via telefone. Vivenciam novas experiências, novos valores, se transformam e redefinem suas identidades.

As mulheres mais jovens dos três grupos reconhecem que ainda poderão fazer muito e crescerem mais. As mais velhas não se dispõem a parar, mas se reorganizam em suas atividades; reconhecem sua importância nos espaços em que atuam e desejam que as mais jovens tenham mais oportunidades do que elas tiveram. Para isso, reafirmam a importância de realização de mais estudos acerca de lideranças femininas em instâncias de poder, para que assim seja possível promover a educação das mulheres para a participação política. Conforme atesta Araújo (2001), não existe, por parte de dirigentes políticos, a recusa à

1 Há relatos sobre as melhorias nos becos da favela, a oportunidade de comprar a casa própria, a oportunidade de montar a própria empresa.

participação política das mulheres. O problema é anterior, pois não há grande contingente de mulheres dispostas a concorrer a cargos políticos. As trajetórias das mulheres aliadas às condições nas quais a política institucional e a competição eleitoral operam no Brasil não oferecem às mulheres condições que lhes sejam animadoras.

Ao término deste estudo teórico e pesquisa de campo, pode-se afirmar que as motivações para que as mulheres se envolvam em cargos de liderança política são diversas, podendo variar de motivação religiosa até a ampliação da consciência política, passando por busca de objetivos pessoais ou resolução de problemas coletivos. As suas trajetórias de vida, envolvimento pessoais e profissionais as colocam em situações que as preparam para o exercício político.

As dificuldades vivenciadas pelas mulheres em suas trajetórias políticas são muitas. Verifica-se que há defasagens em sua formação e socialização, que dificultam ou adiam o processo de inserção política. De maneira geral, as mulheres, voluntariamente, não manifestam o interesse pela carreira política. É necessário que homens lhes apontem suas habilidades e lhes convidem para o exercício político. Os obstáculos vividos no dia-a-dia da política demarcam os aspectos que precisam aprender para se desenvolverem em suas tarefas. Entretanto, as dificuldades não as amedrontam, pois vencidos os desafios, elas se instrumentalizam e aumentam suas competências e habilidades. Dificuldades relativas às questões de gênero são constantes. Companheiros e filhos sentem dificuldades de conviverem com as atividades políticas das esposas e mães; é preciso negociar sempre no âmbito familiar. Há homens e mulheres que não reconhecem a importância da participação de mulheres em espaços da política. Ainda há muitas agressões endereçadas às mulheres, em âmbitos de poder, que se pautam, simplesmente, no fato de serem mulheres.

Mulheres politizam novos temas antes relegados a segunda plana; se organizam em instâncias suprapartidárias (“Bancadas Femininas”) para alcançarem os objetivos. Vale destacar o funcionamento das “Bancadas Femininas”, pois se configura em um dos recursos utilizados no respaldo à incursão das mulheres no mundo “masculino” de poder. As terminologias “Bancadas Femininas” são utilizadas somente pelas líderes em política, entretanto os três grupos pesquisados se organizam como grupo de mulheres para alcançarem objetivos comuns às mulheres. Nem todas as mulheres participam desse processo, reafirmam, assim,

7. A guisa de conclusão

que o espaço de poder é eminentemente masculino, reproduzindo seus comportamentos e atitudes.

São muitos os impactos da experiência de poder em instâncias decisórias na vida e identidades das mulheres. Há conquistas em nível pessoal e coletivo. Em nível pessoal, pode-se considerar que as mulheres crescem; ampliam a rede de relações sociais e conhecimentos; manifestam seus desejos; passam a responder por suas escolhas e se tornam sujeitos no meio familiar e social. Em nível coletivo, ao darem visibilidade a temas que antes não eram considerados, alcançam benefícios sociais e políticos, que se estendem a outros segmentos sociais, como velhos e crianças. Ampliam o espaço do diálogo nas relações políticas; utilizam, no âmbito da política, recursos que foram apreendidos no meio doméstico; ressignificam comportamentos; descobrem recursos eficazes para lidarem com homens no espaço de poder. Alcançam o reconhecimento social frente às suas ações e conquistas políticas.

A partir deste estudo acredito que é importante pesquisar ainda sobre vários pontos, tais como: o resgate da memória social das mulheres com vistas a recuperar a história de participação feminina em espaços de poder; as estratégias que as mulheres têm usado ao longo da história para participar; sobre organização e funcionamento de diversos grupos de mulheres nos diversos níveis sócio-econômicos (cooperativas de artesanato, grupos pastorais, bancada feminina etc.); a relação entre diversas formas de violência contra mulheres e condição de participação; avaliação do plano de políticas públicas para mulheres (disperso/desenvolvido por 17 ministérios) etc.

E como estratégias importantes a se transformarem em política de incentivo de participação feminina, dentre outras, é interessante pensar em incentivo a educação formal; incentivo e valorização de realização de tarefas conjuntas entre homens e mulheres; a criação de licenças compartilhadas entre pais e mães relativas ao compromisso da maternidade; maior distribuição de tarefas afetivo-domésticas entre homens e mulheres, que impliquem em alterações no processo de socialização de meninos e meninas; cursos de capacitação para lideranças femininas; equiparação de espaços para homens e mulheres para disputa de vagas em cargos de destaque; equiparação salarial etc.

Hoje, apesar de todas as controvérsias, não se pode mais negar a importância das mulheres no espaço da política, assim como a importância da política para o crescimento das mulheres. Além disso, pode-se afirmar que

as mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação por reais que sejam, não bastam para contar a sua história.

Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, por outros gestos. Na cidade e na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia e à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Uma história outra. Uma outra história (Perrot citado por Neves, 1994:05).

BIBLIOGRAFÍA

- ARAÚJO, Clara. (2001) Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Revistas de Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 9, n. 1, p.01-19. (<http://www.scielo.br/scielo>). Consulta em 20.07.2005
- ARENDET, H. (1999) *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- AVELAR, Lúcia. (2001) *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Unesp,.
- AVELAR, Sônia de & ZABLUDOVSKY, Gina. (2001) *Empresarias y Ejecutivas em México y Brasil*. México: Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM.
- BADIOU, Alain. (1995) *Ética: um ensaio sobre a consciência do mal*. Rio de Janeiro: Relume-dumará.
- _____. (1994) *Para uma nova teoria do sujeito*. Rio de Janeiro: Relume-dumará.
- ATAILLE, Philippe & GASPARD, Françoise. (2000) *Cómo las Mujeres cambian la política y por qué los hombres resisten*. Buenos Aires: Ediciones de la flor.
- BORBA, Angela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org.). (1998) *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Perseu Abramo,.
- BRAIDOTTI, Rosi. *Sujetos Nômades*. (2000) Buenos Aires, Barcelona, México: Piados.
- _____. *A diferença sexual e a cidadania européia*. (1998) *Revista crítica de Ciências Sociais – Mulheres, mobilidade e Cidadania*. Coimbra, p. 73-82, fev.
- _____. (2004) *Feminismo, Diferencia Sexual y Subjetividad Nómade*. Barcelona: Gedisa.
- BRUSCHINI, Cristina. (1994) *O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes*. *Revista de Estudos feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, p.179-199, no especial 2o sem.
- BRUSCHINI, Cristina & SORJ, Bila. (1994) *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero/Fundação Carlos Chagas.

BIBLIOGRAFÍA

- BUTLER, J. (1999) *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. In: LOURO, G.L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- BUTLER, J, e outras. (2001) *Mujeres Y transformaciones sociales*. Barcelona: El Roure Editorial.
- CASTELLS, Manuel. (2003) *O Poder da Identidade*. v.2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CIAMPA, A. (1991) *Identidade*. In: LANE, Silvia T. M. (Org.) *Psicologia social: o homem em movimento*. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, p.58-75.
- FOUCAULT, Michel. (1997) *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- GENOVESE, Michael A. (1997) *Mujeres líderes em política: modelos e perspectivas*. Madri: Narcea as ediciones.
- GONZALO, ALMUDENA Hernando (Org.). (2003) *Desean las Mujeres el poder? Cinco reflexiones en torno a un deseo conflictivo*. Madrid: Minerva ediciones.
- GONÇALVES, Betânia D. (2000) *Transformações da identidade de gênero entre mulheres no século XX, em Minas Gerais: um estudo em três gerações*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Minas Gerais.
- HALBWACHS, Maurice. (1990) *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- HELLER, Agnes. (1989) *O cotidiano e a história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MEAD, G. H. (1993) *Espiritu, persona y sociedad: desde el punto de vista del conductismo social*. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós.
- MORIN, Edgar. (1994) *La noción de sujeto*. In: SCHNITMAN, D.F. *Nuevos paradigmas: cultura e subjetividad*. Buenos Aires: Paidós.
- NEVES, Magda de Almeida. (1994) *Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de contagem*. Petrópolis: Vozes.
- PRADO, Marco A. Máximo. (2001) *(Des)razão: sujeitos da consciência e políticas de identificação*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- _____. (2001) *Ação Coletiva e Psicologia Política: uma relação marcada pelo fim da naturalização das desigualdades sociais*. In: *Revista Psicologia Política*, p.149-172, jan./jun.
- _____. (2002) *Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas*. In: *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, jun.

BIBLIOGRAFÍA

- SANDOVAL, S. A. M. Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In: SPINK, Mary Jane (Org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994. p.59-74.
- _____. (1989) Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. Revista Psicologia e Sociedade, p.122-129, set.
- _____. (1989) A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais. Revista Educação e Sociedade. n.34, p.122-129, dez..
- _____. (1999) A consciência política na participação coletiva: uma contribuição da psicologia política ao campo da psicologia social comunitária. In: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PSICOLOGIA, 1, Salvador. Anais... Salvador: CFP/UFBA, 1999. (www.ufba.br/~conpsi/conpsi1999/M006.html)p.1.
- _____. (2001) The crisis of the brazilian labor movement and the emergence of alternative forms os working-class contention in the 1990s. Revista Psicologia Política, São Paulo, p.173-195, jan./jun..

 **Otras Miradas**

Otras Miradas

Revista Venezolana de Estudios de Género

Facultad de Humanidades y Educación

Universidad de Los Andes

Mérida - Venezuela

<http://www.saber.ula.ve/revistas>

otrasmiradas@ula.ve